

Companhia Energética Manauara

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Manauara

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Energética Manauara (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Manauara em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

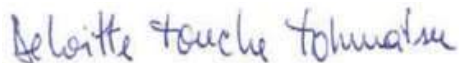
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

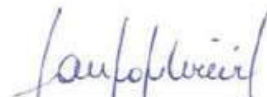
Salvador, 22 de março de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira

Contador

CRC nº 1 BA 028799/O-3

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2020	2019	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2020	2019
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.716	2.743	Fornecedores	12	8.393	5.141
Aplicação financeira	5	-	5.955	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	20.825	12.163
Depósitos bancários vinculados	6	6.034	4.892	Obrigações sociais e trabalhistas		529	685
Contas a receber	7	36.885	25.442	Obrigações tributárias	14	6.519	4.900
Arrendamento mercantil a receber	8	55.436	53.294	Tributos diferidos	15	2.131	2.696
Adiantamentos a fornecedores		1.334	96	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19	4.973	-
Impostos a recuperar	11	1.539	2.953	Outras contas a pagar	16	564	606
Estoques	9	117.463	25.841	Total dos passivos circulantes		<u>43.934</u>	<u>26.191</u>
Despesas antecipadas	10	1.842	567				
Outras contas a receber	10	5.797	4.927	NÃO CIRCULANTES			
Total dos ativos circulantes		<u>229.046</u>	<u>126.710</u>	Empréstimos, financiamentos e debêntures	13	143.189	89.901
				Tributos diferidos	15	21.952	25.272
NÃO CIRCULANTES				Outras contas a pagar	16	1.500	1.436
Depósitos bancários vinculados	6	-	5.671	Total dos passivos não circulantes		<u>166.641</u>	<u>116.609</u>
Arrendamento mercantil a receber	8	164.833	201.614				
Estoque	9	9.967	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Depósitos judiciais		95	596	Capital social		50.000	50.000
Imobilizado		4.027	4.563	Reservas de legal		10.000	10.000
Total dos ativos não circulantes		<u>178.922</u>	<u>212.444</u>	Reservas de lucros		137.393	136.354
				Total do patrimônio líquido	19	197.393	196.354
TOTAL DOS ATIVOS		<u>407.968</u>	<u>339.154</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>407.968</u>	<u>339.154</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em reais)

	Nota explicativa	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21	40.825	45.386
CUSTOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	22	(44.951)	(27.020)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		(4.126)	18.366
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	22	(6.001)	(5.509)
Honorários dos Administradores	17 e 22	(720)	(952)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	5.693	224
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.154)	12.129
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	23	31.728	27.050
Despesas financeiras	23	(7.269)	(8.258)
Varição cambial líquida	23	(920)	(152)
Total		23.539	18.640
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		18.385	30.769
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Corrente	20	(10.803)	(12.415)
Diferido	20	3.133	1.093
Incentivo fiscal	20	6.375	7.745
Total		(1.295)	(3.577)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		17.090	27.192
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		0,380	0,604

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	17.090	27.192
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>17.090</u>	<u>27.192</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucro acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
SALDOS EM 31° DE DEZEMBRO DE 2018		50.000	10.000	37.109	100.566	-	197.675
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	27.192	27.192
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal	19	-	-	7.745	-	(7.745)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$ 0,48 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(9.722)	(11.787)	(21.509)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,16 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	(7.004)	(7.004)
Complemento de reservas de lucros retidos	19	-	-	-	656	(656)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		50.000	10.000	44.854	91.500	-	196.354
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	17.090	17.090
Destinação do lucro:							
Complemento de reservas de incentivo fiscal	19	-	-	6.375	-	(6.375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios e adicionais distribuídos (R\$0,23 por lote de mil ações)	19	-	-	-	(10.201)	-	(10.201)
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,13 por lote de mil ações)	19	-	-	-	-	(5.850)	(5.850)
Complemento de reservas de lucros retidos	19	-	-	-	4.865	(4.865)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		50.000	10.000	51.229	86.164	-	197.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARADEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		17.090	27.192
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	22	729	714
Valor residual na baixa do imobilizado		-	4
Variação cambial líquida	23	920	152
Encargos financeiros de empréstimos e financiamentos, líquidos do bônus de adimplência	13 e 23	6.300	7.713
Amortização do custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 23	140	-
Rendimento de depósitos bancários vinculados	23	(536)	(962)
Atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil	23	(12.149)	(3.653)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(3.133)	(1.093)
Juros e multas a faturar		-	(1.296)
Reversão do ajuste a valor presente	23	(18.654)	(21.153)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		(11.443)	17.465
Arrendamento mercantil a receber		65.442	54.736
Estoques		(101.589)	(7.346)
Impostos a recuperar		16.813	(12.383)
Despesas antecipadas e outros		(2.882)	(1.366)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		2.332	(1.263)
Obrigações tributárias		(11.236)	13.136
Impostos de renda e contribuição social pagos		(3.296)	(3.296)
Obrigações sociais e trabalhistas		(156)	196
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	13	(6.365)	(2.556)
Outras contas a pagar		22	481
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(61.651)</u>	<u>65.422</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado		(193)	(87)
Aplicações financeiras e depósitos bancários vinculados		5.065	677
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		<u>4.872</u>	<u>590</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	13	165.000	-
Captação de custo de captação sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	(1.702)	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	(101.423)	(11.432)
Dividendos pagos	19	(11.078)	(50.219)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>50.797</u>	<u>(61.651)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(5.982)</u>	<u>4.361</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	8.698	4.337
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	2.716	8.698
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(5.982)</u>	<u>4.361</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA ENERGÉTICA MANAUARA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Manauara (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 30 de março de 2005, com sede em Manaus, Estado do Amazonas. A Companhia tem por objeto social a operação e a manutenção de uma usina termoelétrica no município de Manaus, para fornecer energia elétrica para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas GT”), anteriormente com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (“AME”).

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica por meio da Resolução Autorizativa nº 608, de 13 de junho de 2006, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogada a pedido da Companhia e a critério da ANEEL (direito discricionário).

A Companhia iniciou suas operações em 22 de setembro de 2006 e possui capacidade instalada de 68.304 kW, gerada por meio de quatro de suas unidades motogeradoras de 17.076 kW. Além disso conta com uma quinta unidade motogeradora de contingência, que é acionada em períodos de parada para manutenções corretivas e preventivas a fim de garantir o cumprimento da geração mensal contratual.

Toda a energia firme gerada é transferida para a Amazonas GT, com base no contrato OC-1.820/2005 (“Contrato”) firmado em 20 de maio de 2005, com compromisso mensal de entrega de 60 MW médios e vigência de 20 anos. Findo o prazo, a usina será revertida para o patrimônio da Amazonas GT, sem qualquer indenização devida.

Devido às obrigações e direitos estabelecidos no Contrato, a Companhia é responsável pela operação e manutenção da usina, incluindo as manutenções preventivas e corretivas. A Companhia também é responsável pela aquisição de insumos e óleo combustível necessário para a geração, sendo este último posteriormente reembolsado pela CCC, enquanto a Amazonas GT é responsável pelo fornecimento do gás natural. A produção de energia elétrica é integralmente transferida à Amazonas GT.

A Amazonas GT é responsável por operar e manter os equipamentos de conexão de sua propriedade e assegurar a conexão dos pontos de entrega de energia com o sistema elétrico. A operação caracteriza-se como arrendamento mercantil financeiro, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (Operações de Arrendamento Mercantil), uma vez que o prazo do contrato se refere à maior parte da vida econômica do ativo, além de haver a transferência da propriedade da usina no fim do contrato, quando haverá uma notificação prévia à ANEEL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Autorização da conclusão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas demonstrações financeiras em 22 de março de 2021 as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações financeiras.

Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, bem como de outra forma mencionado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Por esta razão, as estimativas e premissas são revistas periodicamente. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação da vida útil do ativo imobilizado, a recuperação do valor dos ativos, incluindo os ativos imobilizado, diferido e tributos diferidos, e as provisões necessárias para riscos, para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data da negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia mantinha os seguintes instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber de clientes, depósitos judiciais, fornecedores, empréstimos e financiamentos, caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o pronunciamento técnico CPC 48. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável, é constituída com base no histórico de perdas, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Depósitos bancários vinculados

Referem-se a depósitos em garantia, em conexão com os empréstimos e financiamentos da Companhia. São classificados no ativo não circulante e mantidos até o vencimento, e mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Estoques

Estão avaliados ao custo médio de aquisição, que não excede o seu valor de mercado. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Provisões

São reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração faz os julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e processos trabalhistas, cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advêm do curso normal das atividades do negócio. Existem também incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Conforme a legislação vigente, as operações da Companhia estão sujeitas a revisão pelas autoridades fiscais por prazos que variam em virtude da natureza dos tributos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Reconhecimento de receitas de venda de energia elétrica

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

A receita pela venda de energia (potência total contratada) foi reconhecida integralmente pelo seu valor presente, quando do registro do arrendamento mercantil financeiro, em 1º de janeiro de 2009. As receitas oriundas dos reembolsos dos custos com operação e manutenção e combustíveis são reconhecidas progressivamente quando os riscos significativos e os benefícios relacionados com a energia elétrica são transferidos para o comprador, após sua autorização formal, conforme previsto em contrato mencionado na nota explicativa nº 1.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, deduzidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos previstos em contrato.

Os custos de empréstimos e financiamentos compreendem juros e outros encargos incorridos. Quando diretamente relacionados à aquisição, construção ou formação de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos e financiamentos são registrados como despesa no exercício em que são incorridos.

Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses; caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia optou pelo regime de tributação do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Norte (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência de dez anos a partir de 2007. A Companhia efetou a renovação do benefício em 2017 com término em 2026. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado à reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

O tributo diferido é reconhecido com relação a prejuízos fiscais não utilizados e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O recolhimento dos saldos ativos ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados, e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício pelo método linear, durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia retém, substancialmente, os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Eles são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

No caso da Companhia, o seu parque gerador está contratado para o fornecimento exclusivo de energia elétrica para a Amazonas GT e, no fim do contrato, esses bens serão transferidos à contratante.

O contrato com a Amazonas GT, entre outras condições, representou a transferência de riscos e benefícios relevantes e, portanto, configurou-se como um contrato de arrendamento financeiro. Na contabilização inicial, o valor presente dos fluxos de receita do contrato apurado foi contabilizado como arrendamento mercantil a receber, utilizando-se uma taxa de 8,08% ao ano, que equivale ao custo médio de captação de recursos obtidos pela Companhia em contrapartida do patrimônio líquido.

Nos exercícios seguintes, o saldo a receber é ajustado pelos recebimentos das parcelas da contratante e atualizado pela taxa de juros anteriormente aplicada na apuração do seu ajuste a valor presente, reconhecendo a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M sobre os valores a receber, com base em cláusula contratual. A contrapartida da atualização pelos juros é contabilizada em receita financeira.

Lucro básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média das ações disponíveis na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais potenciais diluidoras.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou revisados

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRS's novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

Pronunciamento	Descrição
IFRS 17	Contratos de seguros
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

Reapresentação de informações anteriormente apresentadas

No exercício de 2020, a Companhia reavaliou os critérios de reconhecimento dos efeitos da adoção inicial do CPC 06 – Arrendamento conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 e reclassificou o saldo constante na conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Reservas de Lucros sem nenhum efeito no saldo total do patrimônio líquido seguindo previsão do pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A reclassificação nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 foram de R\$81.299 mil e R\$90.844 mil, respectivamente.

3.1. Impactos COVID-19

O impacto da pandemia se refletiu também na atividade econômica, que vem sofrendo perdas significativas. Diante disso, as empresas podem estar expostas a uma série de riscos estratégicos e operacionais, como atrasos ou interrupção do fornecimento de matérias-primas, mudanças nas demandas de clientes, aumentos de custos, insuficiências logísticas que levam a atrasos em entregas, questões de saúde e segurança de empregados e prestadores de serviços, força de trabalho insuficiente e outros desafios.

Face ao cenário apresentado, a Companhia mantém o monitoramento sobre a evolução do tema:

- Não ocorreram demissões nem reduções salariais na Companhia;
- Em relação à receita, não houve impactos negativos nas operações atuais e não há previsão de impacto relevante no futuro;
- A administração entende que o cenário de pandemia não trará eventuais necessidades de caixa para a companhia, não havendo assim a necessidade da contratação de novos empréstimos para este fim específico;
- A liquidação de seus passivos está ocorrendo no curso normal dos negócios, apenas os impostos foram postergados em razão das Portarias 139, 150 e 245 do Ministério da Economia e dos Decretos 10.305, 10.414 e 10.504 de 2020;
- Durante as operações após declarada a pandemia, os resultados ocorreram dentro das expectativas da Administração, não havendo impactos adversos que requeiram ajustes ou divulgações nessas demonstrações financeiras.

São valores fundamentais da Companhia: segurança e responsabilidade socioambiental. Assim, além das recomendações da Organização Mundial da Saúde, foram adotadas as seguintes medidas:

- Implantação de teletrabalho em todas as atividades administrativas;
- Cancelamento de todas as viagens não essenciais;
- Disponibilização de máscara e protetores faciais para os colaboradores;
- Protocolos de distanciamento social e alternância de rotina, procurando evitar a contaminação do espaço de trabalho e contágio dos colaboradores;
- Ações sociais de apoio no combate à Covid-19 na cidade de Manaus com a doação de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) hospitalares para unidades de saúde de referência; recuperação de respiradores automáticos em parceria com o SENAI; atenção especial às pessoas em situação de risco, por meio da doação de testes de Covid-19 e EPIs hospitalares a asilos e cestas básicas aos vizinhos residenciais da UTE Manauara.

Com base no exposto, a Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas tempestivamente para preservar a integridade das pessoas e de seus ativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Caixa e bancos	4	4
Aplicações financeiras de alta liquidez	<u>2.712</u>	<u>8.694</u>
Total	<u><u>2.716</u></u>	<u><u>8.698</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB), remunerados a taxas que variam 97% e 100% da remuneração dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI) em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

5. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Xp Investimentos	<u>-</u>	<u>5.955</u>
Total	<u><u>-</u></u>	<u><u>5.955</u></u>

Investimento realizado em fundo de renda fixa. O saldo foi integralmente resgatado em abril de 2020, em função do percentual de rendimento das aplicações. Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações eram remuneradas à taxa média de 88,53% dos Certificados de Depósito Interfinanceiros (CDI).

6. DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Banco da Amazônia S.A. - BASA (a)	-	10.563
Banco do Brasil S.A. (b)	6.034	-
Circulante	6.034	4.892
Não circulante	-	5.671
Total	<u>6.034</u>	<u>10.563</u>

(a) Referiam-se a aplicações financeiras de curto e longo prazo, vinculadas ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com o Banco da Amazônia S.A., conforme a nota explicativa nº 13, lastreadas em CDB remunerados às taxas que variavam entre 89% a 91% do CDI em 2020 e 2019. O recurso foi utilizado para quitação do empréstimo em 06 de outubro de 2020.

(b) A aplicação financeira de curto prazo com o Banco do Brasil, vinculada ao pagamento de juros e parcelas do financiamento com este banco, conforme a nota explicativa nº 13, lastreadas em CDB remunerados a taxa fixa de 2,63% a.a.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTE

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valores a vencer	36.885	25.442

Os saldos a receber são na sua totalidade com a Amazonas GT e não contêm valores vencidos, mas somente valores a vencer em menos de dois meses.

8. ARRENDAMENTO MERCANTIL A RECEBER

Com base nas considerações da nota explicativa nº 2, a Companhia reconheceu, pelo valor presente das contraprestações em aberto, o instrumento financeiro decorrente do arrendamento mercantil, líquido de impostos, como contas a receber.

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ano de vencimento		
2020	-	53.294
2021	55.436	55.436
2022	57.677	57.677
2023	60.010	57.677
2024 e 2025	89.229	91.561
Subtotal	<u>262.352</u>	<u>315.645</u>
Ajuste ao valor presente	<u>(42.083)</u>	<u>(60.737)</u>
Total	<u>220.269</u>	<u>254.908</u>
Circulante	55.436	53.294
Não circulante	164.833	201.614
Total	<u>220.269</u>	<u>254.908</u>

A movimentação do saldo está apresentada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2018	284.838
Reversão de ajuste a valor presente	21.153
Baixa por realização	<u>(51.083)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	254.908
Reversão de ajuste a valor presente	18.654
Baixa por realização	<u>(53.293)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u><u>220.269</u></u>

9. ESTOQUES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Combustível	540	2.032
Almoxarifado de peças para manutenção	19.866	20.994
Adiantamento a fornecedor (a)	106.483	1.678
Outros estoques	541	1.137
Total	<u><u>127.430</u></u>	<u><u>25.841</u></u>
Circulante	117.463	25.841
Não circulante	9.967	-
Total	<u><u>127.430</u></u>	<u><u>25.841</u></u>

- (a) Em 22 de Junho de 2020 a Companhia assinou contrato com a Wartsila para conversão dos motores para operação com 100% gás natural. O aumento no volume do estoque refere-se a adiantamento ao fornecedor de peças para conversão dos motores.

10. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Eletrobras - CCC-ISOL (a)	5.761	4.891
Despesas antecipadas	1.842	567
Outras contas a receber	36	36
Total	<u><u>7.639</u></u>	<u><u>5.494</u></u>

- (a) A CCC-ISOL é um encargo criado pela Lei nº 5.899/1973 (Lei de Itaipu) com a finalidade de subsidiar a compra dos combustíveis para geração de usinas termelétricas para os Sistemas Isolados (S-ISOL), localizados principalmente na região Norte do Brasil. A Companhia realiza a antecipação de pagamento das faturas ao fornecedor para posterior recebimento do montante pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
IRPJ	705	2.549
PIS sobre ativo imobilizado	127	47
PIS sobre faturamento	3	6
COFINS sobre ativo imobilizado	583	215
COFINS sobre faturamento	12	26
Outros	<u>109</u>	<u>110</u>
Total	<u><u>1.539</u></u>	<u><u>2.953</u></u>

Os saldos de COFINS e PIS são oriundos, substancialmente, das retenções de recebimentos da Amazonas GT, os quais são compensados com obrigações de tributos federais.

O IRPJ e a CSLL referem-se ao saldo de pagamentos efetuados ao longo do exercício com base na estimativa de apuração.

12. FORNECEDORES

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Amazonas Geração e Transmissão	-	1.000
Gera Geradora de Energia do Amazonas	61	391
Tokio Marine Brasil Seguradora	793	-
Petrobras Distribuidora S.A.	2.725	2.353
Wartsila (Brasil e Filandia)	4.378	1.141
Outros fornecedores	<u>436</u>	<u>256</u>
Total	<u><u>8.393</u></u>	<u><u>5.141</u></u>

13. FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Vencimento				Não		
	principal	Taxas efetiva	Encargos	Circulante	circulante	2020	2019
FNO - Sustentável (a)	nov/25	2,94% a.a.	-	-	-	-	6.006
FNO - Conversão do Gas (a)	out/26	10% a.a.	-	-	-	-	11.921
Debentures - FDA (b)	jul/27	TJLP+1,65%	-	-	-	-	84.137
Subtotal			-	-	-	-	102.064
Banco do Brasil - CCB (c)			576	47.018	117.982	165.576	-
(-) Custos de transação			-	(567)	(995)	(1.562)	-
Subtotal			576	46.451	116.987	164.014	-
Total			<u>576</u>	<u>46.451</u>	<u>116.987</u>	<u>164.014</u>	<u>102.064</u>
Circulante			576	20.249	-	20.825	12.163
Não circulante			-	-	143.189	143.189	89.901
Total			<u>576</u>	<u>20.249</u>	<u>143.189</u>	<u>164.014</u>	<u>102.064</u>

(a) FNO - Sustentável foi assinado em 31 de outubro de 2012 com o Banco da Amazônia S.A. no montante de R\$10.133 para a viabilização da conversão da usina de óleo combustível para o gás natural. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 2,94% ao ano e 15% de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em dezembro de 2015 e finalizando em novembro de 2025. O financiamento foi integralmente quitado em 06 de outubro de 2020.

FNO - Conversão do Gás foi assinado em 8 de outubro de 2009 no montante de R\$44.214 para o financiamento e a compra de máquinas para a usina termoeletrica. Tem incidência de juros fixos equivalentes a 10% ao ano e 15% de adimplência. As amortizações são mensais e sucessivas, iniciando-se em maio de 2011 e finalizando em outubro de 2026. Foram realizadas amortizações antecipadas neste financiamento em 2018 no valor total de R\$12.344. O financiamento foi integralmente quitado em 06 de outubro de 2020.

- (b) Em 27 de junho de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a realização da 1ª emissão de debêntures conversíveis em ações, por meio de contrato particular celebrado com o Banco da Amazônia S.A. e a SUDAM, com garantias reais descritos nesta nota explicativa, dividida em três séries, no valor total de R\$118.796. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incide o custo básico (variação acumulada da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP), acrescido de juros fixos à taxa efetiva de 1,5% ao ano e de encargos, a título de “del credere”, à taxa efetiva de 0,15% ao ano, com amortizações semestrais iniciadas em julho de 2008, finalizando em julho de 2027. A emissão de debêntures foi integralmente quitada em 06 de outubro de 2020.
- (c) Cédula de crédito bancária (CCB) assinada em 2 de outubro de 2020 com o Banco do Brasil S.A. no montante de R\$165.000.000,00 para a viabilização da conversão do motor de óleo combustível para o gás natural e substituição das dívidas junto ao BASA e SUDAM, com vencimento em 2 de outubro de 2023. Tem incidência de encargos financeiros correspondentes à variação do CDI mais incidência de juros fixos de 2,33% ao ano.

Movimentação dos financiamentos e das debêntures em 31 de dezembro de 2020:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	11.583	96.756	108.339
Juros e variações monetárias provisionadas	7.713	-	7.713
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(2.556)	-	(2.556)
Transferências	6.855	(6.855)	-
Pagamentos de principal	(11.432)	-	(11.432)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12.163	89.901	102.064
Captação de empréstimos	165.000	-	165.000
Juros e variações monetárias provisionadas	6.300	-	6.300
Juros pagos, líquidos de bônus de adimplência	(6.365)	-	(6.365)
Aquisição dos custos de captação	(1.702)	-	(1.702)
Amortização dos custos de captação	140	-	140
Transferências	(53.288)	53.288	-
Pagamentos de principal	(101.423)	-	(101.423)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>20.825</u>	<u>143.189</u>	<u>164.014</u>

Todos os financiamentos, incluindo as debêntures, são em moeda nacional e têm como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A. e o Banco do Brasil. Os contratos do FDA e FNO para compra de máquinas para a usina termoeletrica previam a manutenção de contas reservas do maior serviço da dívida até o seu limite. O serviço da dívida equivale ao valor de uma prestação mensal acrescido de juros e demais encargos devidos. Os contratos com o BASA foram quitados integralmente em 06 de outubro de 2020.

O cronograma de desembolsos dos financiamentos, incluindo as debêntures, é o seguinte:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
2021	-	12.152
2022	78.103	12.152
2023	65.086	12.835
2024	-	14.898
2025 em diante	-	37.864
Total	<u>143.189</u>	<u>89.901</u>

A Companhia deve manter com o banco, durante todo o prazo de vigência dos instrumentos de crédito, a conta vinculada, com as características e funções a seguir:

- a) Para segurança do principal da dívida e das demais obrigações a Companhia transferiu fiduciariamente ao Banco do Brasil S.A em caráter irrevogável e irretroatável, por esta e na melhor forma de direito, a modo “pro-solvendo” e sob condição resolutive, a totalidade dos direitos creditórios que forem depositados ou transitarem pela conta reserva.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu integralmente as exigências do contrato de empréstimo com o Banco do Brasil S.A. anteriormente descritas.

As demais garantias das operações são as seguintes:

<u>Tipo do Financiamento</u>	<u>Garantias</u>
CCB	1 - Hipoteca do terreno e suas benfeitorias; 2 - Cessão fiduciária de direitos sobre créditos na conta reserva e dos direitos emergentes 3 - Penhor da totalidade dos recebíveis dos créditos 4 - Alienação fiduciária dos bens em garantias 5 - Seguros dos bens em garantias 6 - Aval da TEP Termoelétrica Potiguar S.A.

Os contratos incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de “performance” de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos “covenants”, conforme apresentado a seguir:

<u>Cláusula restritiva - “covenant”</u>	<u>Requerimentos</u>	<u>Instituição</u>
	Conta Reserva com recurso mínimo de R\$ 6.000.000,00	
Cédula de Crédito Bancária	Relação de dívida financeira líquida / EBITDA (ajustado com efeito caixa do CPC 06) inferior a 2,5	BB

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia cumpriu todos os “covenants”.

14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CSLL - Contribuição Social	934	1.370
INSS serviços de terceiros	171	143
PIS - Programa de integração social	103	21
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	473	101
IRRF serviços de terceiros	879	2
PIS/COFINS/CSLL retidos	116	61
ICMS e DIFAL	3.771	3.136
Outros tributos a recolher	<u>72</u>	<u>66</u>
Total	<u><u>6.519</u></u>	<u><u>4.900</u></u>

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os tributos diferidos contabilizados no passivo não circulante tinham a seguinte origem:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Impostos diferidos - vendas para entidades governamentais (a):		
Imposto de renda e contribuição social	(188)	931
PIS e COFINS diferidos	2.131	1.765
Impostos diferidos - efeito no resultado		
Reconhecimento do arrendamento mercantil (b)	22.781	25.616
Diferenças temporárias	(641)	(344)
Total	<u><u>24.083</u></u>	<u><u>27.968</u></u>
Circulante	2.131	2.696
Não circulante	<u>21.952</u>	<u>25.272</u>
Total	<u><u>24.083</u></u>	<u><u>27.968</u></u>

- (a) A Companhia apura e recolhe com diferimento os tributos incidentes sobre suas vendas, IRPJ, CSSL, PIS e COFINS, efetuando os recolhimentos dos tributos pelo regime de caixa, com base no Decreto 3.000/99, artigo 409, Decreto-Lei 1.598/77, artigo 10, §3º IN SRF 21/79, Lei 9.718/1998, artigo 7º, parágrafo único.
- (b) Os tributos diferidos passivos sobre o reconhecimento do arrendamento mercantil, IRPJ e CSSL, foram reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, associadas a ajustes decorrentes da adoção do CPC 06, calculados à alíquota fiscal combinada efetiva de 15,25%, devido ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda.

16. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2020	2019
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico - P&D	1.720	2.042
Adiantamento de Clientes	344	-
	2.064	2.042
Circulante	564	606
Não circulante	1.500	1.436
Total	2.064	2.042

17. PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui contrato de mútuo (conta corrente) com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

Conforme informado na nota explicativa nº 12 a Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, saldos a pagar para a Petrobras Distribuidora S.A. no montante de R\$2.725 (R\$2.353 em 31 de dezembro de 2019).

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia transacionou, por meio de compra de combustíveis com a Petrobras Distribuidora S.A., o montante de R\$29.903 (31 de dezembro de 2019, R\$25.575). Tais valores são reembolsados posteriormente pela CCC.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários do Conselho de Administração são fixados em assembleia geral de acionistas, enquanto a remuneração, tanto fixa quanto variável, da diretoria executiva é determinada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 foram pagos honorários para a Administração no montante de R\$720 (31 de dezembro de 2019, R\$952).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

18. PROCESSOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

A Companhia efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

As contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas. As classificadas como possíveis estão evidenciadas nesta nota. Esses processos se encontram em discussão nas esferas administrativas e/ou judicial, em diversas instâncias.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possuía nenhum processo considerado como perda provável pelos seus assessores jurídicos.

Contingências possíveis

Em 31 de dezembro de 2020 e em 2019, a Companhia possuía uma causa de natureza tributária no montante de R\$44 a qual é considerada como perda possível na avaliação dos assessores jurídicos, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão nas demonstrações financeiras.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), dividido em 45.000.000 (quarenta e cinco milhões) de ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas às ações emitidas estão totalmente pagas e sua composição pelos acionistas é a seguinte:

	2020 e 2019	
	Quantidade de ações	Valor do capital
Acionistas		
TEP - Termoelétrica Potiguar S.A.	27.000	30.000
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	18.000	20.000
Total	45.000	50.000

b) Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6404/76, até o limite de 20% do capital social, e, após essa destinação, o saldo remanescente, sem limite estabelecido, terá a aplicação que a Assembleia Geral definir.

Incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda (75%), que é reconhecido diretamente na demonstração do resultado. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 30 de abril de 2019, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$9.722 (R\$0,22 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2018.

Em 11 de julho de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.765 de juros sobre capital próprio referente ao primeiro semestre de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$7.771 de juros sobre capital próprio), os quais foram totalmente pagos.

Em 21 de agosto de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$11.787 (R\$0,26 por lote de mil ações) de dividendos intermediários referentes ao 1º semestre do exercício de 2019 (31 de dezembro de 2018, R\$39.688 de dividendos), os quais foram totalmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$3.239 de juros sobre capital próprio referente ao segundo semestre de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 17 de abril de 2020, a Companhia, por meio da Assembleia Geral Ordinária autorizou a distribuição de R\$10.201 (R\$0,23 por lote de mil ações) de dividendos adicionais correspondentes ao saldo de lucros retidos no final do exercício de 2019, os quais foram totalmente pagos.

Em 22 de dezembro de 2020, a Companhia, por meio de Ata de Reunião de Conselho de Administração autorizou a distribuição de R\$5.850 de juros sobre capital próprio referente ao resultado do exercício de 2020.

Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

Saldo dividendos a pagar 2018	21.706
Dividendos propostos referente a 2018	9.722
Dividendos mínimos obrigatórios de 2019	11.787
Juros sobre capital próprio	7.004
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.051)
Dividendos pagos	<u>(49.168)</u>
Saldo de dividendos a pagar 2019	-
Dividendos propostos referente a 2019	10.201
Juros sobre capital próprio	5.850
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(877)
Dividendos pagos de 2019	<u>(10.201)</u>
Saldo de juros sobre capital próprio a pagar de 2020	<u><u>4.973</u></u>

Base para dividendos mínimos obrigatórios

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido em 31 de dezembro	17.090	27.192
Reserva de incentivos fiscais	(6.375)	(7.745)
Base para dividendos	<u>10.715</u>	<u>19.447</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>2.679</u>	<u>4.862</u>
Por lote de mil ações	<u>0,06</u>	<u>0,11</u>

Em 2020 e 2019, em função da distribuição de lucros superior aos dividendos mínimos obrigatórios, não houve necessidade de constituição da reserva de dividendos mínimos obrigatórios.

d) Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a quantidade média ponderada de ações ordinárias da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	17.090	27.192
Quantidade de ação por lote de mil	45.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,380</u>	<u>0,604</u>

A Companhia não possui instrumentos diluidores e por isso o lucro por ação básico e diluído são iguais.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e os valores refletidos no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.385	30.769
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(6.251)	(10.461)
Adições e exclusões, líquidas	(1.419)	(861)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	6.375	7.745
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(1.295)</u>	<u>(3.577)</u>

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela SUDAM, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos diferidos e correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

21. RECEITA LÍQUIDA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita de venda de energia	92.248	93.830
Deduções de venda		
PIS	(1.951)	(1.838)
COFINS	(8.988)	(8.468)
ICMS	(39.423)	(37.141)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(1.061)	(997)
Total	<u>40.825</u>	<u>45.386</u>

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2.989)	(3.022)
Depreciação e amortização	(729)	(714)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(209)	(207)
Custos com manutenção e operação	(44.131)	(25.117)
Arrendamentos e aluguéis	(5)	(2)
Custos e despesas com seguros	(1.124)	(982)
Despesas com viagens e comunicações	(127)	(442)
Serviços de terceiros	(491)	(896)
Assessoria e consultoria	(1.494)	(1.630)
Tributos	(177)	(337)
Outras despesas (receitas)	5.497	92
Total	<u>(45.979)</u>	<u>(33.257)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(44.951)	(27.020)
Despesas gerais e administrativas	(6.001)	(5.509)
Honorários dos Administradores	(720)	(952)
Outras receitas operacionais, líquidas	5.693	224
Total	<u>(45.979)</u>	<u>(33.257)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	536	962
PIS e COFINS sobre receita financeira	(45)	(109)
Correção Receita Financeira Leasing - CPC 06 (a)	18.654	21.153
Receita Financeira Leasing - CPC 06 (b)	12.149	3.653
Outras receitas financeiras, líquidas	434	1.391
Subtotal	<u>31.728</u>	<u>27.050</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(6.300)	(7.713)
Amortização de custo de captação	(140)	-
Outras despesas financeiras, líquidas	(829)	(545)
Subtotal	<u>(7.269)</u>	<u>(8.258)</u>
Variações cambiais líquidas	(920)	(152)
Total	<u>23.539</u>	<u>18.640</u>

(a) Refere-se ao reconhecimento do ajuste a valor presente sobre o arrendamento mercantil.

(b) Refere-se à atualização do arrendamento mercantil pelo IGP-M conforme estabelecido em contrato.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Gestão do capital social - o capital social é dividido em ações ordinárias pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas. O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Estrutura de gerenciamento de risco - a Administração da Companhia tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As operações estão sujeitas, porém não afetadas, aos fatores de risco abaixo:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliada por agências de "rating".

Risco de liquidez

Decorre de eventual dificuldade de a Companhia cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento a vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a reputação da Companhia.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Risco de taxa de câmbio

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas ou ganho por conta das flutuações no câmbio no resultado financeiro, relativas à aquisição de peças em outras moedas.

Risco de mercado

Decorre de alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preço de ações, que têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a esse tipo de risco, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Taxa de juros - Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a financiamentos e debêntures captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizando seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário e fundos de renda fixa.

Política de preços (ambiente regulatório) - O contrato de arrendamento mercantil da Companhia foi celebrado com a Amazonas GT. A Companhia não possui proteção para esse tipo de risco, mas entende que qualquer mudança no atual contrato deverá contar com a anuência de ambas as partes.

Quanto à escassez de combustível - A Companhia gera energia por meio de UTE. Uma situação extrema, em que não haja oferta de óleo combustível ou gás natural pelo mercado e requeira a possibilidade de manutenção de um estoque mínimo de combustível pela Companhia, implicaria a redução de receita e aplicação de multas por parte da Amazonas GT. Considerando as atuais condições de mercado e contratos firmados com os grandes fornecedores de combustível, não há expectativa de escassez de combustível nem necessidade de redução da produção de energia.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Ativos financeiros		Mensuração contábil	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado		2.716	-	-	-	-	2.716
Depósito bancários vinculados	Valor justo por meio do resultad		6.034	-	-	-	-	6.034
Contas a receber	Custo amortizado		36.885	-	-	-	-	36.885
Arrendamento mercantil a receber	Custo amortizado		55.436	30.511	35.183	41.249	57.890	220.269
Outras contas a receber	Custo amortizado		7.639	-	-	-	-	7.639
Total			108.710	30.511	35.183	41.249	57.890	273.543

Passivos financeiros		Mensuração contábil	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Fornecedores	Custo amortizado		8.393	-	-	-	-	8.393
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado		20.825	78.103	65.086	-	-	164.014
Dividendos à pagar	Custo amortizado		4.973	-	-	-	-	4.973
Obrigações sociais e trabalhistas	Custo amortizado		529	-	-	-	-	529
Obrigações tributárias	Custo amortizado		6.887	-	-	-	-	6.887
Outras contas a pagar	Custo amortizado		564	-	1.500	-	-	2.064
Total			68.373	78.103	66.586	-	-	186.860

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando saldos de aplicações financeiras, financiamentos, debêntures e mútuos em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresenta o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2020. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi reduzida em 25%, e para o cenário III (remoto), em 50%. Simulação com expectativa do CDI, TJLP e IGP-M para 31 de dezembro de 2020:

	Risco	Taxa (a) (*)	Provável	Cenário A 25% (b)	Cenário B 50% (b)
<u>Ativo</u>					
Aplicação financeira	Baixa do CDI	2,15%	2.770	2.756	2.741
Depósitos bancários vinculados	Baixa do CDI	2,15%	6.164	6.131	6.099
Efeito no resultado			-	(47)	(94)
<u>Passivo</u>					
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	2,15%	169.136	170.026	170.916
Efeito no resultado			-	890	1.780

* Fonte: Banco Santander

25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos com as seguintes coberturas de seguros:

Abrangência	Cobertura	Importância assegurada	Valor do prêmio	Vigência
Risco operacional	Prédio e conteúdo que constituem o estabelecimento segurado, excluindo linhas de transmissão. Estão inclusos prédio, galpão químico, maquinário do galpão, tancagem e utilidades, unidades de apoio, equipamento de conversão de gás natural e subestação	260.000	2.380	26/02/2022
Lucros Cessantes	Situações de paralisação total ou parcial dos negócios, preservando o movimento dos negócios nos níveis anteriores à ocorrência do sinistro.	40.000		
Responsabilidade civil	Danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros.	5.500	14	31/01/2022
Responsabilidade civil dos Diretores e Administradores	Ressarcimento das Perdas Indenizáveis pelas quais o Segurado for responsabilizado, a título de reparação, por Danos causados a Terceiros, decorrentes de uma Reclamação coberta e fixadas por sentença judicial ou arbitral final e irrecorrível, ou mediante acordo com os Terceiros prejudicados com a anuência prévia e expressa da Seguradora, atendidas as Condições Contratuais e a Especificação.	15.000	5	27/07/2021

26. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía contratos de longo prazo firmados em montante anual estimado de R\$21.290, relacionados com:

- Taxas de fiscalização da ANEEL de R\$215, com vigência indeterminada.
- Operação e manutenção das usinas de R\$17.805, com vigência até 01 de maio de 2026.
- Logística de abastecimento de óleo de R\$1.484, com vigência indeterminada.
- Serviços gerais de R\$608, com vigência indeterminada.
- Assessoria e gestão de R\$1.178, com vigência indeterminada.

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A seguir relacionamos as transações do período que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa:

	2020	2019
Compensação de impostos	15.399	12.109
Transferência de saldo de impostos a recolher para impostos diferidos	1.763	1.765

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Intenção da Petrobras de venda a participação em ativos

A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (“Petrobras”) está conduzindo um processo competitivo (“Processo”) de venda de sua participação em um portfólio de ativos de geração envolvendo a TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e a Companhia Energética Manauara. A Petrobras é acionista com 40% das ações da Companhia Energética Manauara, além de ser detentora de 20% das ações da TEP, também acionista da Manauara. O processo está em tramitação por meio de acordo de confidencialidade entre os participantes.